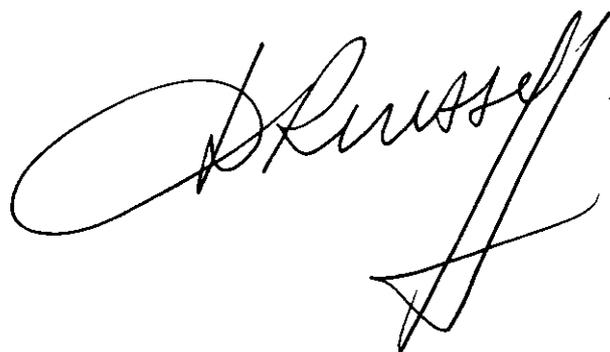


Mensagem nº 521

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012, que “Altera a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, e sobre a modicidade tarifária”.

Brasília, 29 de novembro de 2012.



Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
MPV nº 591	12012
Fls.: 08	Rubrica: 

Brasília, 29 de novembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de alteração da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que promoveu reformas na legislação vigente do Setor Elétrico Brasileiro com o objetivo de viabilizar uma redução do custo da energia elétrica para o consumidor final desse insumo e tornar o setor produtivo ainda mais competitivo, tudo focado nos princípios da modicidade tarifária e a garantia de suprimento de energia elétrica.

2.A proposta que ora apresentamos altera dispositivo da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, de forma a permitir que o Poder Concedente pague às concessionárias de transmissão de energia elétrica, que optarem pela prorrogação nos termos deste diploma legal, eventuais valores relativos aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

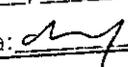
3.O pagamento se condiciona ao respectivo registro do ativo pela concessionária de transmissão e ao reconhecimento pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL do correspondente valor, considerando o devido enquadramento desse ativo no § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

4. Embora a legislação referente a estas instalações de transmissão, da época da formação da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, estabeleça que o prazo de concessão era suficiente para amortizar ou depreciar totalmente estes ativos, poderia eventualmente haver situações excepcionais em que ainda não houvesse a plenitude desta amortização ou depreciação.

5. À título de ilustração, cita-se que a própria formação da Rede Básica do SIN se concretizou mediante ato do poder público no ano de 2000, sendo que a legislação regente assim o determinava desde o ano de 1995, conforme caput do art. 17 da Lei nº 9.074/1995. Neste intervalo, poderia haver investimentos que, porventura, ao final da concessão ainda não tivessem amortizados ou depreciados em sua totalidade.

6. Ressalte-se que a presente proposta não constitui o pagamento desta compensação prontamente, mas um permissivo para que União pague os ativos excepcionalmente ainda não amortizados ou depreciados somente das instalações de Rede Básica existentes em 31 de maio de 2000 mediante comprovação da concessionária interessada.

7. Desta forma, visa a proposta de medida provisória apresentada à sua nobre apreciação permitir excepcionalmente que o poder concedente considere estas situações, desde que devidamente comprovadas, sendo que ao concessionário assegura a percepção da respectiva compensação porventura existente.

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
MPV nº 579 / 2012	
Fls.: 06	Rubrica: 

8. Noutras palavras, esta medida provisória constitui-se em elemento definitivo para a tomada de decisão do concessionário para assinatura do aditivo ao contrato de concessão do serviço público de transmissão no próximo dia 4 de dezembro de 2012. Esta data justifica, inclusive, a urgência desta medida provisória.

9. De forma a evitar eventual impacto que possa comprometer a meta de redução dos percentuais das tarifas a partir de 2013, o pagamento será realizado no prazo de trinta anos, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Essas são, Senhora Presidenta, as razões que justificam a edição de Medida Provisória que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,



Assinado por: Edison Lobão, Luís Inácio Lucena Adams e Guido Mantega

